

A indústria química de álcalis e o “Projeto Cabo Frio”

Walter Luiz Carneiro de Mattos Pereira*

RESUMO

Os produtos químicos alcalinos sódicos, notadamente, a barrilha e a soda cáustica, eram imprescindíveis à indústria de transformação. No Brasil, prevaleceu a dificuldade de instalação e de sobrevivência das empresas ligadas ao setor, em especial, na Primeira República, ainda que tivessem algum tipo de apoio ou incentivo do Estado. Os sucessivos fracassos levaram o governo Vargas a intervir no setor, durante o Estado Novo, propondo a criação de uma empresa estatal no país, através da montagem do “Projeto Cabo Frio”, para a construção da Companhia Nacional de Álcalis, em Arraial do Cabo, no Rio de Janeiro, indústria de base idealizada dentro da política de substituição de importações. Entretanto, os eventos que marcaram esta história mostram claramente as dificuldades de articulação entre o Estado, o capital industrial local e o internacional.

Palavras-chave: História Econômica; Indústria Química; Empresa Estatal

ABSTRACT

The sodium alkali chemicals, especially caustic soda and “barrilha”, were essential to the processing industry. In Brazil, the prevailing difficulty of installation and survival of companies linked to the sector, especially in the “Primeira República”, even though they had some kind of support or encouragement from the state. Successive failures led the Vargas government to intervene during the “Estado Novo”, proposing the creation of a state enterprise in the country through the assembly of “Projeto Cabo Frio” to build the “Companhia Nacional de Alcalis”, in Arraial do Cabo, Rio de Janeiro, based industry idealized within the policy of import substitution. However, the events that have marked this history clearly shows the difficulties of articulation between the state, the local and the international industrial capital.

Keywords: Economic History; Chemical industry; State enterprise

* Doutor – Professor Adjunto do Departamento de História / UFF, Campos dos Goytacazes – RJ.
walterpereira@globocom

Introdução

Este artigo trata da gênese do projeto de criação de uma indústria estatal de álcalis sódicos no país,¹ para a fabricação de barrilha e soda cáustica, insumos químicos imprescindíveis para atender aos diversos setores da indústria de transformação nacional. Depois de tentativas feitas nas primeiras décadas do século XX, a partir da montagem de unidades industriais privadas, concentradas quase que, integralmente, no Rio de Janeiro, as experiências comprovavam a dificuldade do capital privado nacional em tocar tais empreendimentos, ainda que houvesse algum incentivo do governo. As maiores dificuldades estavam em enfrentar os trustes e cartéis internacionais. A dependência do produto de base levou o Estado Novo a projetar a instalação da Companhia Nacional de Álcalis – CNA, em Arraial do Cabo, Município de Cabo Frio, litoral norte do Estado do Rio de Janeiro. O projeto ficaria pronto em 1943, para depois ser submetido às agências de financiamento nos Estados Unidos, assim como à empresa norte-americana encarregada dos estudos sobre a viabilidade do “Projeto Cabo Frio”.

A questão central do artigo é perceber os desdobramentos que levaram a um projeto específico de industrialização, particularizado pela decisão do Estado em intervir na produção para dotar o país de uma indústria de base. Pretendemos mostrar as sinuosidades no percurso dessa empreitada, a partir de determinados contextos da industrialização nacional, desde as primeiras formas de apoio a empresas de capital privado. Tais contextos foram marcados, num primeiro momento, por tentativas mal sucedidas, em face da fragilidade do capital nacional e dos incentivos estatais, frente aos interesses oligopolistas da indústria química internacional, para, depois, sustentar-se por uma ideologia desenvolvimentista que atribuía ao Estado, a partir de sua capacidade de atuar no processo produtivo, o meio do país avançar etapas do desenvolvimento econômico. O “Projeto Cabo Frio” tinha como objetivo assegurar bases para colocar o país em outro patamar, ao superar entraves para o avanço do capitalismo. Dessa maneira, a luta pela materialização da CNA desvenda os meandros entre agências estatais, disputas regionais e interesses econômicos nacionais e internacionais.

O texto está estruturado em três partes, além desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira seção procuramos desenvolver um panorama do “estado da arte” da indústria química de álcalis sódicos, desde as primeiras manufaturas até os cartéis e suas ramificações que dominaram o setor em meados do século XX. Na segunda parte tentamos

¹ O termo álcali veio do árabe *al-gili*, cujo significado é cinza proveniente de plantas (Nunes, 1968:24).

mostrar os percalços e as dificuldades para garantir a instalação de uma planta industrial de álcalis sódicos no país, seja por capitais próprios, seja sob o apoio do Estado. Por fim, na derradeira parte nos dedicamos a decodificar o “Projeto Cabo Frio”, para dotar o país de uma indústria de base estatal.

1. A indústria mundial de álcalis sódicos

Na Introdução ao relatório *Indústria de Álcalis no Brasil: o Projeto de Cabo Frio*,² Mário da Silva Pinto indagava: “Por que razão até hoje o industrial e o economista brasileiro não procuram criar, com entusiasmo e clarividência, uma indústria de álcalis no país?” O engenheiro retomava a questão em pleno governo Dutra, entre idas e vindas pelas quais o Brasil procurava obter apoio e investimento norte-americanos para a construção da fábrica de álcalis sódicos de Arraial do Cabo. Para Mário Pinto, sem produzir álcalis sódicos utilizando o processo *Solvay*,³ o país não poderia romper sua dependência dos poderosos grupos internacionais que atuavam em cartel, na produção e distribuição de produtos alcalinos.

Solvay era o método mais eficiente, moderno e econômico para a produção de álcalis sódicos. Seu criador foi o químico belga Ernst Solvay, quem patenteou o processo de transformação de soda ao amoníaco, solapando o tradicional método *Leblanc*⁴ utilizado pelas indústrias britânicas. Sua patente revolucionou o mercado internacional de álcalis sódicos. Com base em seu método, Ernst Solvay pode constituir um dos gigantes grupos internacionais da indústria química que sobrevive até hoje. A *Indústria Solvay*, desde o final do século XIX, conseguiu organizar uma vasta rede de unidades que incluía fábricas na Inglaterra, Alemanha, França e Rússia. Essa situação de quase monopólio da produção alcalina estendeu-se até 1920, quando o grupo viria sofrer um duro golpe com a nacionalização das unidades da URSS e a ruptura com o grupo alemão associado a ele. O grupo belga constituiu-se de um complexo multinacional com extensão por todos os continentes (Bolle, 1963).

Ernst Solvay fora um empreendedor obstinado por inovações tecnológicas. Gostava de circular e estar próximo das principais cabeças pensantes das ciências naturais e não poupava

² Relatório produzido pelo Laboratório de Pesquisa Mineral, do Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, 1947.

³ O processo *Solvay* de fabricação de barrilha e soda cáustica tem as seguintes fases: amoniacação da salmoura, carbonatação da salmoura, filtração, calcinação do bicarbonato e densificação da barrilha. Fonte: CNA. *Alcalis, base do progresso*. Rio de Janeiro, Companhia Nacional de Álcalis, s/d.

⁴ O método *Leblanc* consistia na transformação do sal em pasta de sal (sulfato de sódio) por meio do ácido sulfúrico e o conseqüente aquecimento da pasta de sal em uma mistura com carvão mineral e carbonato de cálcio, sob a forma de calcário, para produzir soda cáustica e resíduos (CNA. *Alcalis, base do progresso*. Op. Cit.).

esforços para patrocinar encontros entre eles. Com tal fito, Solvay realizou em Bruxelas, no ano de 1911, a “Conferência de Solvay”, talvez, um dos primeiros grandes capitalistas europeus a reunir um grupo seletivo de cientistas com claras intenções de incentivar pesquisas e impulsionar descobertas científicas em favor de ganhos em escala industrial. Em outubro daquele ano, Ernst Solvay conseguiu reunir no Grande Hotel Metr pole de Bruxelas, Albert Einstein, Max Plank, Henri Poincaré, Marie Curie, entre outros (Isaacson, 2007:184).

A química era uma ciência que se encontrava, desde finais do século XIX, em um patamar muito mais avançado de desenvolvimento do que as outras ciências naturais. Produto de um estágio que a alquimia percorreu entre a magia e a ciência, entre o irracional e o racional, a química foi uma das ciências propulsoras da expansão da industrializa o, do desenvolvimento econ mico e do avanço do capitalismo. Segundo Eric Hobsbawm (1977:349-415), os químicos representavam mais da metade dos professores na área de ciências naturais. As inova es da química como ciência moderna remontavam aos últimos trinta anos do século XVIII, em uma rica fonte de ideias e descobertas. Alguns desses químicos não apenas estavam orgulhosos de sua ciência, mas preparados para subordinar todas as outras formas de atividade intelectual a elas. Todos estavam sob a forte influência das leis que regiam as ciências naturais, servindo de fermento ao pensamento positivista.

Para David Landes (2005), assim como a indústria mecânica e a engenharia, a indústria química foi negligenciada nos livros de história social sobre a Revolu o Industrial, pela sua complexidade e pelo conhecimento técnico que o historiador raramente possui. Para o historiador norte-americano, outro motivo que contribuiu para tal descaso foi o caráter não revolucionário das indústrias químicas, diria ele, pela baixa organiza o dos trabalhadores em suas fábricas. Entretanto, o dinamismo de outros ramos industriais como a indústria têxtil, exigia um grande fluxo de substâncias químicas. Nesse sentido, a indústria química teve um papel decisivo no desenvolvimento industrial da Europa:

A transforma o da indústria têxtil, cujas necessidades de detergentes, alvejantes e mordentes aumentavam ao mesmo ritmo da produ o, teria sido impossível sem uma transforma o correspondente da tecnologia química (...). A soluço foi encontrada com um progresso simultâneo em diversas dire es: substitui o de fontes animais pelos vegetais, a substitui o de matérias-primas orgânicas por inorgânicas, pela utiliza o de subprodutos a partir de rea es que geravam compostos; e pelo aperfei amento de instrumentos e equipamentos da indústria. (Landes, 2005:103)

Os produtos químicos alcalinos eram indispensáveis para a fabricação de vidros, tecidos, adubos químicos, borracha sintética, celulose, couros, detergente, refratários, siderúrgicos, alumínio, plástico, sabão etc. Um dos álcalis mais importantes era o hidróxido de sódio, chamado popularmente de soda cáustica, obtido inicialmente das cinzas de vegetais, em especial da barrilha que florescia em maior abundância nas Ilhas Canárias e na Espanha. A Inglaterra, para tocar suas manufaturas têxteis, apesar de produzir álcalis desde o século XVIII, a partir de cinzas de algas marinhas secas do oeste da Escócia e da Irlanda, precisava importar barrilha natural extraída na Península Ibérica. A suspensão das importações durante as guerras napoleônicas, em face do Bloqueio Continental, forçou os ingleses a substituírem a matéria-prima vegetal por um mineral abundante, o sal. Daí em diante, a indústria química pôde estabelecer-se com maior dinamismo, ampliando suas possibilidades técnicas pelo complexo sal – soda – ácido, explorados segundo o processo *Leblanc* e, posteriormente, pelo processo *Solvay* (Bolle, 1963).

A química era a mais multiforme de todas as indústrias por atender a uma série de complexos industriais. Em todo o mundo, a demanda por álcalis sódicos aumentou junto com a procura por produtos de consumo imediato, acréscimo produzido pela ampliação dos níveis de renda da população e de padrões de vida mais elevados. Entre 1852 e 1878, a produção inglesa de soda triplicou embalada pelo aumento de quase oito vezes da produção de alvejante químico, ampliando as exportações inglesas para a França, Estados Unidos e Alemanha. Em 1862, por volta de dez mil trabalhadores estavam trabalhando na fabricação de álcalis sódicos na Inglaterra (Landes, 2005:280-291). A Grã-Bretanha concentrava sua principal produção em três principais centros: na região de Glasgow, na Escócia, próximo das fontes de matérias-primas e das fábricas de produtos têxteis; no estuário do rio Mersey, próximo a Liverpool, favorecida pela disponibilidade de carvão e sal e pela rede de vias navegáveis, estabelecendo conexão com outras áreas industriais; e o maior centro de produção química britânica, na bacia do rio Tyne. Consolidava-se, assim, a fabricação de produtos químicos em larga escala.

Por outro lado, na Bélgica, o método *Solvay* passara a ganhar uma posição singular na produção de álcalis sódicos, acelerando as contínuas transformações nas indústrias alcalinas em todo o mundo. Até então, a Grã-Bretanha ocupara a liderança mundial na fabricação de produtos químicos inorgânicos. No entanto, as constantes inovações fizeram os fabricantes belgas e alemães reduzirem os custos e danos ambientais causados pelo similar inglês. Essa frente binacional, utilizando-se do método *Solvay*, levou os ingleses a organizarem um truste para manter seus mercados. Mais tarde, na década de 1890, os americanos entrariam com

muita força na indústria alcalina (Morris, 2007:275). Os Estados Unidos impuseram políticas protecionistas que causavam forte impacto negativo nas exportações britânicas. Ainda assim, a *United Alkali Company* insistia na fabricação de álcalis sódicos pelo processo *Leblanc*, para manter o grande truste na mão dos ingleses.

à parte os cartéis, ou seja, as associações de empresas independentes, havia também os vários trustes – instituições monopolistas, ou de pretensões monopolistas, que agrupavam uma parcela considerável de empresas produtoras de determinado ramo em vários graus de amalgamação. (...) verdadeiras fusões com a *Salt Union*, de 1888, que afirmava controlar 91% do sal do Reino Unido, ou a *United Alkali Company*, formada em 1891, em um último esforço dos produtores que usavam o método *Leblanc*, para se sustentarem contra a concorrência do processo *Solvay*. (Landes, 2005:259)

O grande concorrente do grupo *Solvay* passara a ser a indústria química dos Estados Unidos. A norte-americana *Imperial Chemical Industries – ICI*, fundada em 1926, pela fusão de quatro grandes fabricantes de explosivos, álcalis e corantes, viu nas restrições ao livre comércio o primeiro recurso para expandir-se internamente. A segunda estratégia foi juntar-se com suas similares como a norte-americana *DuPont*, a alemã *Farben* e a belga *Solvay* para repartir o mundo em esferas de influência: dividir entre si as patentes, manter a indústria química em equilíbrio, sob esse forte esquema quadrangular e unir forças nos novos mercados. Tudo isso funcionou muito bem até a Segunda Guerra Mundial, inclusive no Brasil, onde o cartel tentava instalar-se através da empresa *Indústrias Brasileiras Alcalinas S/A – IBASA*, para explorar minas de salgema do nordeste do país. A IBASA, na verdade, seria uma associação entre a *Solvay* e a *DUPERIAL (DuPont + Imperial Chemical Industries-ICI)*. Algum tempo depois, a *ICI* passou a ter dificuldades em participar desses arranjos quando os tribunais norte-americanos anularam a sociedade com a *DuPont*, revertendo suas ambições.⁵

2. A indústria de álcalis sódicos no Brasil

O Brasil necessitava cada vez mais de soda cáustica para atender à indústria nacional. Nas primeiras décadas do século XX, havia uma contínua preocupação em instalar fábricas de produtos químicos no país. A ausência desses fabricantes causava apreensões. Por serem considerados produtos da indústria de base, imprescindíveis à indústria de transformação, o

⁵ Sobre a constituição da IBASA e sua relação com a SALGEMA e os grupos estrangeiros ver: Lopes, 1963; *O Observador Econômico e Financeiro*, out. 1948:113-118; e *O Semanário*, 1957:4.

país não poderia ficar na dependência do similar externo. Para tanto, o governo baixou uma medida para conceder às três primeiras fábricas de soda cáustica que se instalassem no país um empréstimo limitado a 2.000 contos, para atender às despesas iniciais.⁶ O montante não poderia ultrapassar 75% do valor orçado para a montagem da unidade industrial. Os recursos seriam contratados pelo prazo de dez anos, venceriam juros de cinco por cento ao ano, amortizáveis em parcelas anuais, a contar da data da entrada da fábrica em operação. A produção inicial de cada uma delas não poderia ser inferior a 500 toneladas de soda cáustica por ano, podendo ser utilizado o método de fabricação mais apropriado.

O Diário Oficial publicou, no dia 24 de maio de 1918, o edital para habilitação dos interessados. Das 11 empresas que se apresentaram no processo, apenas três foram selecionadas, sendo que somente uma delas conseguiu obter o empréstimo para montar uma fábrica. A empresa A F Santos (Antônio Felício dos Santos) & Companhia que, algum tempo depois, transformou-se na Companhia Brasileira de Produtos Químicos instalou-se em 1923, no Engenho da Pedra, em Inhaúma, no Rio de Janeiro, tornando-se pioneira na fabricação de soda cáustica no Brasil. Medidas como essa delimitavam o papel do Estado, ainda que modesto, em incentivar o desenvolvimento da produção de álcalis sódicos no país, indispensável ao processo de industrialização. Ainda assim, a fábrica de Inhaúma foi à falência por não suportar os preços estabelecidos pelo cartel internacional, situação agravada pela ausência de uma política protecionista.

A questão da industrialização no Brasil estava intimamente ligada ao debate sobre a política de adoção de tarifas protecionistas no país. Esses debates instituíam um novo marco no pensamento econômico brasileiro, desde a fundação, nos últimos anos do Império, da Associação Industrial e do jornal “O Industrial”, que assumiram maior destaque e relevância nos primeiros anos da República. Nícia Vilela Luz (2004) elege dois pensadores do período, Amaro Cavalcante e Serzedelo Correa, entre os principais articulistas na defesa da indústria nacional, a partir de suas posições no periódico classista. Cavalcante defendia não só o protecionismo como os empréstimos feitos pelo Estado, pois o crédito público era uma tradição brasileira. Serzedelo Correa juntava o protecionismo industrial ao protecionismo agrícola, no intuito de harmonizar as forças produtivas para livrar o país da instabilidade econômica. A luta pela industrialização brasileira buscava as raízes do nacionalismo econômico para defender medidas como o protecionismo, a abolição de impostos interestaduais e o desenvolvimento da infraestrutura de transportes.

⁶ Lei 3216 de 16 de agosto de 1917 e o Decreto nº 12.921, de 16 de março de 1918, regulamentado pelo Decreto nº 13.000 de 04 de maio do mesmo ano.

A postura do governo seria programar algumas medidas para atender às necessidades de determinados setores da indústria de transformação, para atenuar o incômodo com a dependência de produtos importados, como os álcalis sódicos. Desde o início do século XX, na realização do Congresso de Engenharia no Rio de Janeiro, ganhara força a defesa nacionalista e protecionista para o apoio estatal à indústria de base brasileira, na tentativa de impulsionar a produção nacional extrativa. Segundo Luz (2004:186-199), após a Primeira Guerra Mundial, inúmeras empresas brasileiras envolvidas na exploração de recursos naturais foram beneficiadas com empréstimos, créditos especiais, redução de impostos, redução de fretes, apoio para a construção de instalações etc. Arthur Bernardes, por exemplo, encaminharia ao Congresso Nacional mensagens favorecendo alguns setores de base, entre eles a indústria de soda cáustica.

De um modo geral, as indústrias que se instalaram no país durante a Primeira República contavam com alguma participação de investimentos estrangeiros, embora modestos, resultantes da internacionalização do capital industrial dos países centrais, em destaque, os recursos trazidos dos Estados Unidos. Porém, em certos setores, esses investimentos assumiram números significativos, principalmente as empresas-líderes do capitalismo central, consideradas as inversões na indústria de transformação, como, por exemplo, bens de consumo produzidos pelo complexo metal-mecânico, eletro-químico/farmacêutico, fornecedor de insumos, carnes industrializadas, produtos de toalete etc., ou ainda, o setor de bens de produção como metais não-ferrosos, cimento, papel e borracha. Esses recursos faziam parte das estratégias de expansão dessas empresas internacionais, após esgotarem suas possibilidades de crescimento nos seus mercados internos de origem. Para Wilson Suzigan e Tamás Szmrecsányi (2002:261-283), seria possível identificar quatro formas de inserção do capital internacional na industrialização no Brasil, durante a Primeira República: no processamento de matérias-primas locais para exportação do produto final; na obtenção da primazia em fornecer aos mercados locais; na captura de potencial de crescimento no abastecimento do mercado interno; e no aumento da participação no abastecimento do mercado interno. Algumas dessas empresas eram indústrias de transformação e não podiam prescindir de álcalis sódicos. A expansão industrial causava um problema: o país não conseguiria produzir material alcalino para atender às empresas que se instalassem. Além disso, os grandes grupos internacionais produtores de álcalis sódicos não despertaram interesse em montar plantas industriais em países periféricos, uma vez que os preços dos produtos alcalinos fabricados nestes mercados não seriam competitivos.

Depois de um longo intervalo, iniciativas mais concretas seriam retomadas para estabelecer no país uma fábrica de álcalis sódicos. Em 17 de agosto de 1933, com promessas de produção em maior escala, foi fundada em Alcântara, no Município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, a Companhia Eletro-Química Fluminense (*O Fluminense*, 7/5/1961:8). A empresa conseguiu um aporte de capitais da ordem de 1.500 contos. Parte desse investimento foi negociada com a Caixa Econômica do Rio de Janeiro.⁷ Inicialmente, a unidade fluminense teria capacidade para produzir soda cáustica, cloro líquido, cloreto de cal, ácido clorídrico e água sanitária, podendo duplicar a produção em pouco tempo. A localização da fábrica, na rota para a Lagoa de Araruama, situada no litoral fluminense, buscava garantir fornecimento essencial de matérias-primas à fabricação de álcalis sódicos, em especial o sal marinho e as conchas extraídas da Lagoa, para a trituração do calcário. Sua inauguração data de 23 de maio de 1936 e, logo depois, passara a ser beneficiada com tarifas protecionistas, por orientação do Conselho Federal de Comércio Exterior.⁸ Os primeiros e principais clientes foram a Klabin, Indústrias Matarazzo e a Johnson & Johnson, empresas que, de alguma maneira, já dispunham de uma produção interna de álcalis sódicos para atender a suas necessidades. Na Johnson & Johnson havia uma pequena unidade de fabricação de soda cáustica direcionada a alvejar o algodão medicinal. A Klabin complementava sua demanda por produtos sódicos, utilizados na produção de papel e celulose, em uma usina que havia instalado em Vista Alegre, no Estado do Paraná, para produzir três mil toneladas de soda cáustica. As Indústrias Matarazzo estavam em negociações com o governo norte-americano para montar uma unidade própria em suas dependências.⁹ Portanto, as principais indústrias de transformação eram carentes da produção de álcalis sódicos.

Ainda no Rio de Janeiro, outra tentativa de viabilizar a produção de álcalis sódicos no país estaria a cargo do projeto Saíra, na Praia do Hospício, em Araruama, na região salineira fluminense, tocado pelo banqueiro Benedito Manhães Barreto, que estimava produzir três mil toneladas mensais de barrilha. No Brasil, outras raras tentativas seriam levadas adiante, como uma fábrica em São Vicente, Estado de São Paulo, que obteve isenção de impostos

⁷ O corpo societário da empresa era formado por José Alves da Motta (principal acionista), Afonso Vizeu, Aluizio de Oliveira Maia, Alaor Prata Soares, Antônio Malheiros Braga, Manoel Lopes Fortuna Júnior, Manih Aboud, Antônio de Paula Affonso, José Dias de Souza Brandão, Antônio Dias de Souza Brandão, Manoel Dias de Souza Brandão, Eduardo Alberto Seelig, Antônio Marques Ribeiro, Alfredo de Siqueira, Francisco Manoel Correa de Figueiredo Lima, Guilherme Guinle, Antônio Augusto Alves, Almiro Maia, João Pinto, Sociedade Indústria e Comercial Schmuziger Ltda., Carlos Moura, Severino Pereira da Silva, Companhia Nacional de Cerâmica, Joaquim Penalva Santos e Raymundo Lullio Teixeira Mendes.

⁸ Decreto-Lei 2.161 de 07 de dezembro de 1937.

⁹ *A indústria de Alcalis no Brasil: o Projeto Cabo Frio*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/DNPM/LPM, 1947.

municipais e estaduais para a produção de 15 toneladas de soda cáustica pelo processo *Solvay*. Entretanto, a retomada do livre comércio, desde o final da Primeira Guerra Mundial, aprofundou as dificuldades do produto nacional competir com os preços do cartel internacional. Na primeira metade do século XX o setor internacional da produção de álcalis sódicos era operado por grandes grupos químicos atuando em cartel, entre eles a *ICI* e o grupo *Solvay*, restando ao Brasil experiências fracassadas com inexpressiva produção alcalina (Suzigan, 2000:324-328). O problema da dependência desses produtos básicos criava barreiras à expansão da industrialização brasileira.

No entanto, minas de salgema encontradas no nordeste do país movimentaram a cena. A viabilidade da extração do mineral pela recém-instalada Companhia Salgema-Soda Cáustica e Indústrias Química – SALGEMA, localizada em Socorro, no Estado de Sergipe, deveria suprir a indústria nacional de matéria-prima alcalina. A prospecção de petróleo na região levou à descoberta de uma rica jazida de salgema, a 120 metros de profundidade, cujo manancial poderia ser explorado por 80 anos. O salgema, assim como o sal marinho, garantiria uma abundante fonte de matéria-prima para a indústria alcalina. Desde então, a possibilidade de utilização do mineral passou a ser o centro das atenções e polêmicas que marcaram o debate sobre o seu aproveitamento. No salgema, havia um grande percentual de sal marinho, com teor de pureza próximo a 100%, ideal para a produção de barrilha e soda cáustica. Nesse sentido, havia grupos que defendiam a utilização do sal do mar, economicamente mais viável, porém, dependente de condições climáticas favoráveis; e outros que se batiam pela utilização do salgema, abundante nas minas nordestinas, cuja extração não estava sujeita a variações climáticas. Embora sua obtenção fosse mais cara, técnicos do Laboratório de Pesquisa Mineral, do Ministério da Agricultura, refutaram os defensores do sal marinho ao atribuírem que a transformação do salgema em soda, pelo método *Solvay*, resultaria em um custo cinco a dez vezes menor do que a utilização do sal extraído por secagem natural da água do mar (*O Observador Econômico e Financeiro*, set. 1943:95-102). No fundo, a grande celeuma passava por interesses políticos e econômicos regionais, entre os produtores de sal dos estados do nordeste e do Rio de Janeiro. Pelo viés técnico, a opção recairia sobre o salgema, por ser uma opção mais racional e lógica como ocorria em outros países. As controvérsias assumiriam um caráter mais contundente e complexo no contexto em que se debatia o “Projeto Cabo Frio”, para a constituição da empresa estatal Companhia Nacional de Álcalis – CNA.

Além de salgema, Socorro, em Sergipe, possuía, segundo os técnicos, uma abundante reserva de calcário com elevado teor de cálcio, de ótima qualidade. Fora isso, a região era dotada de um potencial fluvial navegável, acessível a embarcações de pequeno calado, podendo utilizar as águas do rio Cotinguiba para escoar a produção. Empenhada em atuar na produção alcalina, a companhia SALGEMA instalou sua sede no Rio de Janeiro, em julho de 1942, com capital inicial de Cr\$ 50 milhões. A viabilidade econômica da empresa seria sustentada pelo método a ser utilizado na fabricação de álcalis sódicos e nas análises de mercado. A empresa planejava construir duas unidades: uma em Angra dos Reis, no litoral sul do Rio de Janeiro; e outra em Sergipe, “ao pé da jazida”.

As instalações da SALGEMA, em Angra dos Reis, deveriam obedecer à mais moderna tecnologia existente, com máquinas e equipamentos importados. A produção inicial de soda cáustica seria de 10.000 toneladas anuais. Feitas as projeções, a empresa dirigiu-se ao Conselho Federal de Comércio Exterior – CFCE para pleitear isenção de impostos aduaneiros para as importações de máquinas necessárias, além de pedir a intervenção do mesmo Conselho, junto ao Banco do Brasil, para que fosse concedido, pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial – CREAM, o financiamento requerido à execução do projeto. O CFCE, através de sua Câmara de Distribuição e Comércio Interno, deu parecer recomendando a concessão de isenção tributária sobre os bens importados, desde que fossem satisfeitas as exigências legais, reafirmando que o projeto da SALGEMA “merecia a simpatia e o amparo do Estado”, cabendo à interessada, ela própria, dirigir-se à CREAM do Banco do Brasil para solicitar os recursos desejados. Portanto, o CFCE desvinculara-se de um tratamento especial ou pela concessão de algum privilégio em benefício da SALGEMA, embora recomendasse a viabilidade do projeto:

o funcionamento no país da indústria de soda cáustica e demais derivados da salgema corresponderá a uma redução de 85 milhões de cruzeiros nas novas compras no exterior, pois é o quanto monta, em média, o valor da nossa importação daqueles artigos. Por outro lado, a nossa indústria, que necessita de tais matérias, terá assegurado o seu suprimento no próprio mercado interno, o que, além de aumentar as independências dessas indústrias equivalerá, por certo, a uma economia de dinheiro, o que redundará em favor da nossa produção manufatureira. (*O Observador Econômico e Financeiro*, set. 1943)

No entanto, a SALGEMA não conseguiu emplacar suas unidades estratégicas para a produção alcalina no país. De imediato, ao ter conhecimento do potencial das minas de Sergipe, a *DuPont* mostrara-se interessada em explorar tais jazidas no Brasil, além de desejar

instalar unidades industriais no país. Os movimentos da empresa norte-americana incitaram os outros grupos controladores do cartel internacional a associarem-se a ela. Para não entrarem em conflito, os três grupos – *Solvay*, a própria *DuPont* e a *ICI* – associaram-se à SALGEMA para constituírem a IBASA. Nascera daí nova alternativa frustrada, em especial pelos combates nacionalistas.

A dependência de produtos alcalinos acentuava-se cada vez mais. Saltava aos olhos do governo brasileiro a situação de países como a Índia e a China que já haviam equacionado suas necessidades. Na América do Sul, países como Argentina, Chile, Venezuela e Colômbia vinham trabalhando há algum tempo na execução de projetos semelhantes. O esforço nacional deveria aprofundar o processo de substituição de importações para cobrir as altas demandas do mercado interno, que chegaram a 60.000 toneladas em 1942, sem falar das dificuldades no comércio internacional durante a Segunda Guerra Mundial. Esse apuro era uma repetição do que havia ocorrido durante o conflito anterior, porém, mais grave. Nesse contexto, o governo voltou à carga renovando a política de incentivos à abertura de novas indústrias, ao conceder um bônus de 50%, sob a forma de empréstimo, com juros reduzidos, além da isenção de impostos. A SALGEMA voltaria a se candidatar ao benefício, porém, apenas uma empresa foi beneficiada com o incentivo – uma usina de soda eletrolítica situada na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, que, depois de cinco anos em atividade, acabou sucumbindo, negociando seu patrimônio com a Companhia Eletro-Química Fluminense. Pode-se sugerir, apesar das sucessivas investidas da SALGEMA, a indisposição do governo em investir recursos mais vultosos no setor industrial químico. O quadro de produção de álcalis sódicos no país era desolador. Apenas uma empresa produzia, por ano, três mil toneladas, em meio a tantos projetos frustrados. Dessa feita, o governo Vargas passou a empenhar-se com maior vigor para tornar realidade o “Projeto Cabo Frio”.

3. Projeto Cabo Frio

O “Projeto Cabo Frio” foi apresentado ao público especializado no II Congresso Brasileiro de Energia e Indústria, realizado em 1946. Sua condução esteve a cargo da Comissão de Estudos sobre a Indústria de Soda Cáustica, doravante Comissão da Soda, criada em 10 de julho de 1942, vinculada ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, do Ministério da Agricultura. A criação da Comissão da Soda aconteceu sob os auspícios do Conselho Federal de Comércio Exterior – CFCE, com a incumbência de realizar estudos

necessários para implantação de uma indústria estatal de álcalis no Brasil. A supervisão dos trabalhos estaria sob a responsabilidade do Instituto Nacional do Sal – INS, agência criada por Vargas, em 1940, vinculada ao Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria. A Comissão da Soda realizou seus trabalhos em curto prazo, entre 1942 e 1943. O grupo era composto por José Bretas Bhering, do Banco do Brasil; Fernando Falcão, Francisco de Assis Gondim Menescal, José Franklin Veras Marques e Álvaro Veras, do Instituto Nacional do Sal; Mário da Silva Pinto, presidente da Comissão, do Laboratório de Pesquisa Mineral/DNPM/Ministério da Agricultura; e José Lopes Raimundo, da Universidade de Lisboa. A Comissão finalizou seus trabalhos com um relatório complexo que forneceria subsídios ao governo para criar a Companhia Nacional de Álcalis – CNA e enviar o projeto aos Estados Unidos, para ser analisado por agências de investimentos e empresas norte-americanas.

A aprovação do “Projeto Cabo Frio” resultou na edição do Decreto-Lei 5684 de 20 de julho de 1943, para constituir uma sociedade de economia mista, vinculada ao Instituto Nacional do Sal, com capital de Cr\$ 50 milhões e participação majoritária do Estado. Além dos fundos públicos, a CNA receberia um aporte de recursos do Banco do Brasil, sob a forma de empréstimo, no valor de Cr\$ 70 milhões, para complementar as necessidades iniciais. O montante seria lastreado, em parte, pela caução do valor das cotas recolhidas pelos empresários salineiros de todo o país, ao INS, através do Banco do Brasil. O aval ficaria a cargo do Tesouro Nacional. A diretoria inicial designada por ocasião da primeira Assembleia Geral da CNA, realizada em janeiro de 1944, era composta por Fernando Falcão, presidente do INS, que ocuparia, concomitantemente, a presidência da empresa estatal; Benedito Manhães Barreto, banqueiro e industrial do setor químico, no cargo de diretor-tesoureiro; e Berilo da Fonseca Neves, coronel do Exército, farmacêutico e professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro, no cargo de diretor de material. Logo depois, Benedito Manhães Barreto foi substituído por outro banqueiro, Osmar Radler de Aquino. Essa primeira diretoria teria cometido uma série de contratemplos causados pela sua incompatibilidade com os técnicos e engenheiros do Conselho Técnico e Econômico – CTE. A ausência de um especialista na direção da empresa era um dos problemas que causava certo descompasso nas decisões. O CTE era um órgão meramente consultivo, sem poder de deliberar, formado por antigos integrantes da Comissão da Soda, que cuidaram do projeto original. Nesse aspecto, o diálogo com a direção da empresa era espinhoso, pois inibia e negligenciava a opinião dos técnicos. As decisões estavam centralizadas na diretoria, o que causava desconforto nas relações entre

as duas instâncias. Não obstante tais problemas, o que mais contribuía para emperrar a execução inicial do projeto era a dependência do aporte dos demorados recursos internos. Mesmo os recursos do Banco do Brasil, previstos de serem liberados imediatamente, enfrentavam contratemplos que retornavam à estaca zero a etapa das obras civis na empresa estatal:

essa dificuldade número um da empresa não adveio da imprevisão, inadvertência ou erro da CNA. Tudo se resume assim: ao ser fundada a empresa, já obtivera o seu incorporador, do Banco do Brasil, o compromisso de conceder-lhe um empréstimo de financiamento, no valor de Cr\$ 70.000.000,00 conforme autorização expressa do Presidente da República e conforme se fizera constar do prospecto divulgado através da imprensa, quando do lançamento das ações. Acontece que, posteriormente, começaram a surgir embargos em torno das démarches relativas à concretização desse empréstimo. Criou-se um impasse de consequências as mais desagradáveis. Num monótono vai-e-vem entre a CNA e o Banco do Brasil preciosos meses se consumiram. E nessa emergência não surgiu, infelizmente, uma força capaz de evitar o que nunca deveria ter acontecido: o fracasso definitivo das negociações entre as duas entidades. (*O Observador Econômico e Financeiro*, set. 1943)

Witold Kula (1974) sustenta que a história de uma empresa estatal, para além da história econômica, deve ser vista a par da história política. A empresa estatal, embora possa aproximar-se das características de uma empresa privada, tem certas especificidades. Em comum existiriam as técnicas e a organização técnica da produção. As diferenças estariam mais acentuadas quanto ao investimento, ao capital variável e ao mercado. Nas questões referentes ao mercado, para as empresas estatais entram em jogo variáveis que não existem para as empresas privadas: as empresas estatais teriam um sentido social e conexões com os interesses políticos. Portanto, para Kula, teoricamente, a empresa estatal pode incorporar o que há de mais representativo na conjuntura econômica de uma determinada época, enquanto tudo aquilo que se refere ao seu caráter estatal é parte da história política de um país:

Con esta concepción de la historia política nos hallamos ante el echo de que entre ésta y la historia económica se perfilan dos campos limítrofes litigiosos: la actividad propia del Estado en el aspecto económico y su política económica. La propia actividad económica del Estado se divide seguidamente en el problema de la administración por parte del Estado de todos los sectores en que interviene como propietario o gestor de los medios de producción (tierras pertencentes al Estado y empresas industriales estatales). (Kulla, 1974:47)

Portanto, a história do projeto de instalação da CNA, da trajetória difícil e complicada na montagem de uma indústria alcalina no Brasil, pode ser analisada, além das contingências

de natureza econômica, por conotações políticas que ganhavam com novas dimensões. Tais implicações estavam ligadas ao processo de centralização do Estado, na disposição no papel das agências em participar ativamente das decisões.

Ricardo Bielschovsky (2000) defende que este foi o momento da história política brasileira em que surgem, mais ou menos simultaneamente, os quatro elementos fundamentais da política desenvolvimentista: implantar no país um setor industrial integrado; criar uma consciência da necessidade de instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial pretendida; a ideia de que o Estado é o guardião dos interesses da nação e o promotor da unificação nacional, pelo processo de centralização do poder; e a ideia do nacionalismo econômico e do planejamento. Ainda assim, o autor rejeita o diagnóstico de que esse período tenha gerado um projeto industrializante articulado e perfeitamente definido. A classe industrial, segundo Bielschovsky, não teria apresentado, nesse momento, seu interesse em participar de um projeto substancial de industrialização. As limitações de ordem ideológica teriam conferido à classe industrial uma participação política inexpressiva. Para ele, coube a um segmento da burocracia, formado por técnicos civis e militares, a iniciativa de pensar as questões relacionadas ao desenvolvimento de uma forma integrada e abrangente, para a formatação de uma ideologia desenvolvimentista.

Por outro lado, há entre aqueles que entendem que o envolvimento da classe industrial no jogo político é parte de uma realidade concreta. Mesmo que o governo não possuísse uma política econômica claramente definida, havia, sim, várias mediações possíveis entre sociedade e Estado. Sônia Regina Mendonça (1988), nesse aspecto, acha simplificadora a ideia de que o avanço industrial dar-se-ia por pressões de grupos técnicos civis e militares, fazendo vezes de uma classe industrial. Dessa forma, a revisão do papel das classes industriais brasileiras, nesse período, tornara-se essencial para compreensão das relações entre Estado e economia. Assim, os empresários não teriam tido papel inexpressivo do ponto de vista econômico, nem desarticulado e nem mesmo seriam incapazes de se constituírem como grupo de pressão aos núcleos de poder. Para a autora, a participação do empresariado fazia-se em três frentes básicas: a luta pela participação nas instituições de Estado; a construção de um discurso próprio e a elaboração de um programa industrialista.

A divergência essencial entre os dois autores alimenta o debate em torno do projeto da CNA. Há evidências de que os capitais privados, naquela conjuntura, pouco se interessaram ou tenham se articulado para participar do projeto de criação da indústria de base de álcalis sódicos no Brasil. Nesse grupo estariam, até mesmo, empresários salineiros, cujo corpo mais

expressivo, de proprietários das salinas do Nordeste, não concordava com a escolha do Rio de Janeiro que, junto com salineiros fluminenses desconfiavam do destino dado às contribuições pagas ao INS, que ficaram atreladas à garantia do empréstimo, dadas em caução ao Banco do Brasil. Esses recursos tinham como fim específico contribuir para o desenvolvimento da indústria extrativa do sal. O mesmo acontecia com os produtores de vidro: os maiores consumidores da barrilha a ser produzida pela CNA (75%) duvidavam dos preços competitivos do similar nacional a ser produzido pela CNA. O desinteresse da maior parte dos empresários privados em participar da empresa pode ser identificado pelos reduzidos percentuais (5%) que mantinham no capital social da sociedade de economia mista. Tal fato, entretanto, não invalida os argumentos de Sônia Mendonça de que não se poderia desprezar o papel das classes empresariais, seja em agências do Estado ou associações corporativas, seja em cargos de direção e nos conselhos de instituições e empresas estatais, para sustentar uma ideologia desenvolvimentista nacionalista e defender o programa industrialista. Para tanto, pode-se recorrer aos ocupantes dos cargos de direção da CNA e suas articulações com o setor privado e estatal.

Ainda assim, não se podem desprezar as convergências e divergências entre as instâncias técnicas e as instâncias gestoras da empresa. Nossa reflexão defende, sim, um papel de maior relevância para os técnicos, no caso dos estudos referentes à CNA, por suas ingerências na condução e execução do projeto que repercutiam nas decisões políticas que deixavam ou não de serem tomadas. Dessa forma, a própria centralização do Estado reservou uma atuação sofisticada às instâncias técnicas e burocráticas, como argumenta Bielschovsky. Creio que essa posição possa aparecer com maior clareza, diante de um caso particular e concreto, o projeto de instalação de uma empresa de economia mista, com um capital social cuja participação do Estado chegava a 95% do total. Nesse aspecto, não se devem perder as referências a Nicos Poulantzas (2000), no sentido de que as contradições existentes dentro do Estado não refletem unicamente uma instituição monopolizada pelo capital, mas apontam para as frações de poder que se constituem em seu interior, manifestadas por interesses políticos distintos, repartidos pela divisão social do trabalho em duas dimensões: nas altas esferas e nos escalões intermediários e subalternos das agências de Estado ou nas suas empresas estatais. No caso da CNA era evidente a luta entre essas duas instâncias diferenciadas na estrutura do Estado. Assim, o “Projeto Cabo Frio” deveria estar embalado por evidentes interesses manifestados por quadros técnicos e militares nas instituições de Estado. Um fator determinante foi a participação das Forças Armadas na análise do projeto

em satisfazer os princípios ideológicos de defesa e segurança militar. O Estado Maior do Exército foi consultado sobre a opção do local de instalação da fábrica, não só sob o ponto de vista estratégico, como do ponto de vista tático. Ressaltamos que a Presidência da CNA seria ocupada sucessivas vezes por oficiais superiores do Exército.

Logo após definidos os mecanismos legais para constituição da empresa, a revista *O Observador Econômico e Financeiro*, de setembro de 1943, concluía que um dos capítulos mais importantes da economia contemporânea brasileira, depois do fim da guerra, seria o desenvolvimento do parque industrial brasileiro. No entanto, a industrialização do país, para ter assegurado o seu desenvolvimento, deveria sair da fase de idealização e caminhar a passos largos para a fase de realização. A industrialização do minério, do petróleo, da borracha, do alumínio, do níquel e dos álcalis produziria mercadorias fundamentais “à defesa nacional e à vida humana”. A barrilha e a soda cáustica seriam, segundo o jornal, o “pão da indústria”. Era preciso ter claro que “a soda cáustica é o álcali alimentador direta ou indiretamente de toda a nossa organização fabril”. Seria urgente levar o Brasil à era “do aço, petróleo e carvão e da soda cáustica” (*O Observador Econômico e Financeiro*, set. 1943). Sem menosprezar o capital privado, a revista econômica enxergava na ação do Estado a capacidade de suportar tal avanço.

A determinação para a criação de uma indústria de base estatal como fator de desenvolvimento econômico e social do país colocava-se como um objetivo claro para o projeto desenvolvimentista iniciado pelo governo Vargas. A viabilidade de uma planta industrial estatal voltada para a produção de soda cáustica e barrilha era uma tentativa de escapar da dependência cada vez maior que a indústria brasileira tinha desses insumos no mercado internacional. Na indústria norte-americana, as necessidades de soda cáustica e barrilha eram cada vez maiores. Os Estados Unidos, apesar de serem responsáveis por quase 50% da produção mundial de álcalis sódicos, exportavam apenas 5% da sua produção, tamanha a demanda interna. Esses números atestavam a crescente impossibilidade de os Estados Unidos suprirem o mercado brasileiro. Dessa forma, seria lícito prever que parecia ser relativamente fácil obter investimentos internacionais necessários para materializar a fábrica nacional de álcalis sódicos. A sensação era quase de certeza de que os americanos abraçariam o projeto da CNA, embalados pela disposição anterior quando, a reboque da política de boa vizinhança, durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos aprovaram o projeto da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, em Volta Redonda.

As tratativas nos Estados Unidos ficaram a cargo de Walter Gosling, a quem coube dimensionar os investimentos necessários e coordenar as negociações relativas ao financiamento de US\$ 7,5 milhões, pleiteado junto ao *Export and Import Bank – EXIMBANK*, com juros de 3,5% ao ano, amortizáveis em 13 anos, contados da entrada em operação da CNA. Para a Comissão da Soda as condições seriam excepcionalmente favoráveis. Os investimentos necessários para montar a CNA, em Arraial do Cabo, estavam distribuídos da seguinte forma: o investimento estatal, com recursos internos, recairia sobre as obras de infraestrutura (edifícios, salinas e produção de sal, estradas de ferro, estradas de rodagem, habitações e o porto), enquanto os investimentos norte-americanos seriam alocados na montagem do parque produtivo (serviços de projeto de campo, supervisão da operação da usina, direção da produção, por um ano, custo de todas as máquinas e equipamentos, além do transporte marítimo, frete ferroviário e seguro de todas as máquinas importadas dos Estados Unidos).

Com a CNA, o Brasil escaparia da pressão dos grandes grupos internacionais organizados desde o fim do século XIX. Naquele contexto, o único meio para se criar uma grande indústria de álcalis no Brasil seria pela constituição de uma empresa estatal que funcionaria como uma garantia contra a “competição ruinosa”. Para a Comissão da Soda, essa intervenção estatal não deveria ser feita apenas com um “caráter suntuário”, voltada somente à necessidade política, mas para atender ao interesse econômico. Logo, a solução definitiva passaria pela criação de uma indústria de álcalis no Brasil que permitisse fabricar barrilha e soda cáustica a um preço compensador e diminuísse a dependência desses produtos no mercado internacional, além de acelerar o processo de industrialização, principalmente das indústrias de base e de transformação.

O concurso pela viabilidade da instalação da fábrica exigia uma soma de atributos a serem oferecidos pelas regiões postulantes, tais como: sal, calcário, combustível, água do mar em baixa temperatura, água doce e proximidade dos mercados consumidores. Para tanto, foram analisados os seguintes locais: Canoé, no Município de Aracati, no Ceará; Macau e Mossoró, no Rio Grande do Norte; Alagoas e Sergipe; e o distrito de Arraial do Cabo, no Município de Cabo Frio, no Rio de Janeiro. Feitas as avaliações sobre cada um deles, Cabo Frio seria eleito como o local adequado por reunir plenamente todas as condições para a instalação da CNA. O “Projeto Cabo Frio”¹⁰ deveria alinhar-se aos seguintes requisitos:

¹⁰ Os dados sobre o projeto podem ser encontrados em COMPANHIA NACIONAL DE ALCALIS – CNA, *Indústria de Carbonato e Hidróxido de Sódio*. Rio de Janeiro, 1948; CNA. *Alcalis, base para o progresso*. Rio de Janeiro, Companhia Nacional de Alcalis, s/d; NUNES, Luís Carlos. *Assim surgiu a Alcalis*. Cabo Frio, 1968;

construção de uma fábrica de tamanho médio, na qual os custos totais não onerassem excessivamente o produto fabricado; destinar os produtos, especialmente, aos mercados consumidores do sul e sudeste; e utilizar-se de meios de transporte adequados para recepção de matérias-primas, para o escoamento e a comercialização dos produtos acabados. A fábrica de Arraial do Cabo deveria ser capaz de captar água do mar para refrigeração dos seus equipamentos; extrair sal de uma salina a ser construída pela própria empresa, para complementar suas necessidades; extrair conchas da Lagoa de Araruama, para a transformação em calcário; captar água doce do subsolo da restinga e da Lagoa de Juturnaíba para fornecer à cidade e à fábrica; e produzir o carvão vegetal a ser utilizado como combustível resultante da queima de eucaliptos a serem plantados no entorno norte da Lagoa de Araruama. Nesse quadro, a necessidade anual de matérias-primas para tocar a fábrica de Cabo Frio seria, aproximadamente, de: 100.000 toneladas de calcário (conchas); 100.000 toneladas de sal; e 90.000 toneladas de carvão. Para a Comissão da Soda, o baixo valor da mão de obra agregada à produção da fábrica deveria trazer lucros bastante compensadores.

A avaliação inicial do “Projeto Cabo Frio” ficaria a cargo de uma empresa norte-americana selecionada para montar a fábrica, que auditaria a documentação encaminhada pelo governo brasileiro. Assim, presumia-se que, em 1945, a fábrica já estivesse sendo implantada. O projeto previa que a necessidade inicial de trabalho especializado seria de 30 químicos e engenheiros, além de 800 a 1.000 trabalhadores não especializados. Em face da escassez de formação de técnicos para atuar na fábrica, a Comissão da Soda sugeriu que a operação do complexo químico deveria ser entregue, durante cinco ou seis anos, à companhia norte-americana responsável pela execução do projeto, que enviaria para o Brasil pessoal qualificado para tocar a linha de produção. A empresa norte-americana treinaria os técnicos brasileiros nos Estados Unidos que, gradualmente, deveriam substituir seu corpo técnico em Cabo Frio. A Comissão da Soda pensava ser essa uma das medidas mais importantes para colocar a fábrica em funcionamento, em um nível mínimo de eficiência.

A escolha da empresa norte-americana recaiu sobre a *Pittsburgh Plate Glass Company*, uma das principais fabricantes de vidros nos Estados Unidos, a quem o governo apresentou o “Projeto Cabo Frio”, em 20 de setembro de 1943. A empresa assentira cooperar com a instalação das mais recentes inovações tecnológicas introduzidas na indústria de álcalis sódicos norte-americana; fiscalizar e aprovar as compras de equipamentos; e a preparar técnicos brasileiros para o exercício dos principais cargos executivos, observadas as restrições

de acesso às seções da empresa nos Estados Unidos. O salário dos funcionários norte-americanos que prestariam serviços no Brasil seria da ordem de US\$ 75.000 anuais, ficando, também, por conta da CNA, as despesas com mudanças e passagens. A empresa norte-americana seria reembolsada por uma série de itens, além de perceber ganhos relativos ao volume de álcalis sódicos produzidos em Arraial do Cabo. Para se precaver, a *Pittsburgh* fixou desembolsos mínimos crescentes, caso não fossem atingidas, em seis anos, as metas fixadas no projeto. Finalmente, a *Pittsburgh* comprometera-se, durante a vigência do contrato, a não concorrer com a CNA, nem mesmo como associada a qualquer outro grupo alcalino, assim como a CNA daria preferência exclusiva à empresa norte-americana, em importar produtos alcalinos para suprir o mercado interno, se necessário fosse.

Todos aguardavam, ansiosamente, pelo resultado final da análise. Em Niterói, o jornal *O Fluminense* chegou a antecipar que “técnicos Yankees e britânicos que examinaram nos EEUU foram unânimes em concordar com a localização em Cabo Frio” (*O Fluminense*, 1º/8/1945). Entretanto, a questão não seria tão simples assim. Sofregamente, idas e vindas de técnicos brasileiros aos Estados Unidos e de técnicos norte-americanos ao Brasil, na tentativa de ajustar falhas detectadas no projeto, fizeram a análise arrastar-se por um longo período, até o projeto ser descartado pelo EXIMBANK. Os investimentos externos não se materializaram, assim como não houve disposição maior de empresas privadas nacionais em participar do projeto. Os técnicos norte-americanos contestaram vários pontos e declararam ser inviável a execução daquele projeto em Cabo Frio. Visitas técnicas arrastaram-se até 1948, na tentativa de imprimir mudanças substanciais no projeto original, cessando por definitivo as negociações com os Estados Unidos. O “Projeto Cabo Frio” nos dois últimos anos do governo Dutra ainda teria alguns lampejos, ao retomar as bases da montagem de um consórcio entre empresas estrangeiras e a CNA. Com seus barracões montados em Arraial do Cabo e a sede administrativa no Rio de Janeiro, a CNA mantinha-se no compasso de espera, improdutiva.

Considerações finais

O “Projeto Cabo Frio”, para montagem de uma fábrica de álcalis sódicos no Brasil, surgiu da necessidade de superar etapas da industrialização brasileira, ao tentar fazer de uma empresa estatal, a Companhia Nacional de Álcalis – CNA, uma das bandeiras da ideologia desenvolvimentista pós-1930. Agências criadas no governo Vargas, institutos e demais autarquias procuravam viabilizar uma indústria de base nacional, depois de tímidas, embora

recorrentes, intervenções dos governos da Primeira República, para instalar fábricas de soda cáustica no país. O empenho do governo Vargas em tornar o “Projeto Cabo Frio” uma realidade esbarrou em questões técnicas e políticas de ordem internacional. A retomada do empreendimento estatal fluminense somente aconteceria em 1953, no segundo governo Vargas.

Nesse aspecto, podemos concluir que, com a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, a Fábrica Nacional de Motores – FNM e o esboço de uma indústria química nacional, pela montagem da CNA, o Estado procurava ajustar um tripé, formado por três indústrias de base estatais, que pudessem fornecer suporte à modernização acelerada, chave para o desenvolvimento capitalista no país. Ainda assim, com todas as dificuldades enfrentadas na articulação entre os interesses do Estado, capitais internos e externos, o papel do Estado e de suas instituições e agentes não teria sido de todo perdido, tendo em vista que a empresa viria a materializar-se posteriormente. Cabe destacar, nessa conjuntura, o privilegiado espaço ocupado pelo Estado do Rio de Janeiro.

Bibliografia

BIELSCHOVSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BOLLE, Jacques. *Solvay – a invenção, o homem e a empresa industrial (1863-1963)*. Bruxelas: Edições Weissenbruch, 1963.

COMPANHIA NACIONAL DE ALCALIS – CNA. *Álcalis base para o progresso*. Rio de Janeiro: Companhia Nacional de Álcalis, s/d.

_____. *Indústria de Carbonato e Hidróxido de Sódio*. Rio de Janeiro: Companhia Nacional de Álcalis, 1948.

HOBBSAWM, Eric. *A era do capital*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

ISAACSON, Walter. *Einstein: sua vida, seu universo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KULA, Witold. *Problemas y métodos de la Historia Económica*. Barcelona: Ediciones Península, 1974.

LANDES, David. *Prometeu desacorrentado: transformações tecnológicas e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, de 1750 até nossos dias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LOPES, Accioly. *Candango de Arraial do Cabo*. Rio de Janeiro: Leitura, 1963.

LUZ, Nícia Vilela da. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 2004.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Indústria de Álcalis no Brasil: o Projeto Cabo Frio*. Rio de Janeiro: Laboratório de Pesquisa Mineral, do Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, 1947.

MORRIS, Charles. *Os magnatas*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

NUNES, Luis Carlos. *Assim surgiu a Álcalis*. Cabo Frio, 1968.

O Fluminense, ano 68, nº. 19106. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Setor de Periódicos, 1º ago. 1945,

O Fluminense, ano LXXXII, nº 23.933, p. 8. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Setor de Periódicos, 7 maio 1961.

O Observador Econômico e Financeiro, ano VIII, nº 92, pp. 95-102. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Setor de Periódicos, set. 1943.

O Observador Econômico e Financeiro, ano XIII, nº 153, pp. 113-118. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Setor de Periódicos, out. 1948.

O Semanário, ano II, nº 54, p. 4. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional: Setor de Periódicos, 18 a 25 abril 1957.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. *Cabo das Tormentas e Vagas da Modernidade: uma história da Companhia Nacional de Álcalis e de seus trabalhadores – Cabo Frio (1943/1964) – Arraial do Cabo*. Tese de Doutorado em História. PPGH / UFF, Niterói, RJ, 2009.

_____. Candangos solidários em Cabo Frio: trabalhadores, política e imprensa na greve de 1960. *Revista “Anos 90”* (UFRGS, impresso), vol. 24, pp. 219-247, 2010.

_____. Vagas da modernidade: a Companhia Nacional de Álcalis em Arraial do Cabo (1943/1960). *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), vol. 23, pp. 321-343, 2010.

_____. História e Região: inovação e industrialização na economia salinera fluminense. *Revista de História Regional*, vol. 15, pp. 184-210, 2010.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. São Paulo: Graal, 2000.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 2000.

SUZIGAN, Wilson e SZMRECSANYI, Tamás. Os investimentos estrangeiros no início da industrialização. In: SILVA, Sérgio e SZMRECSANYI, Tamas (orgs). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: HUCITEC/ABPHE/EDUSP, 2002.